

VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica

Volume 8 | Número 1 | Janeiro – Junho 2014

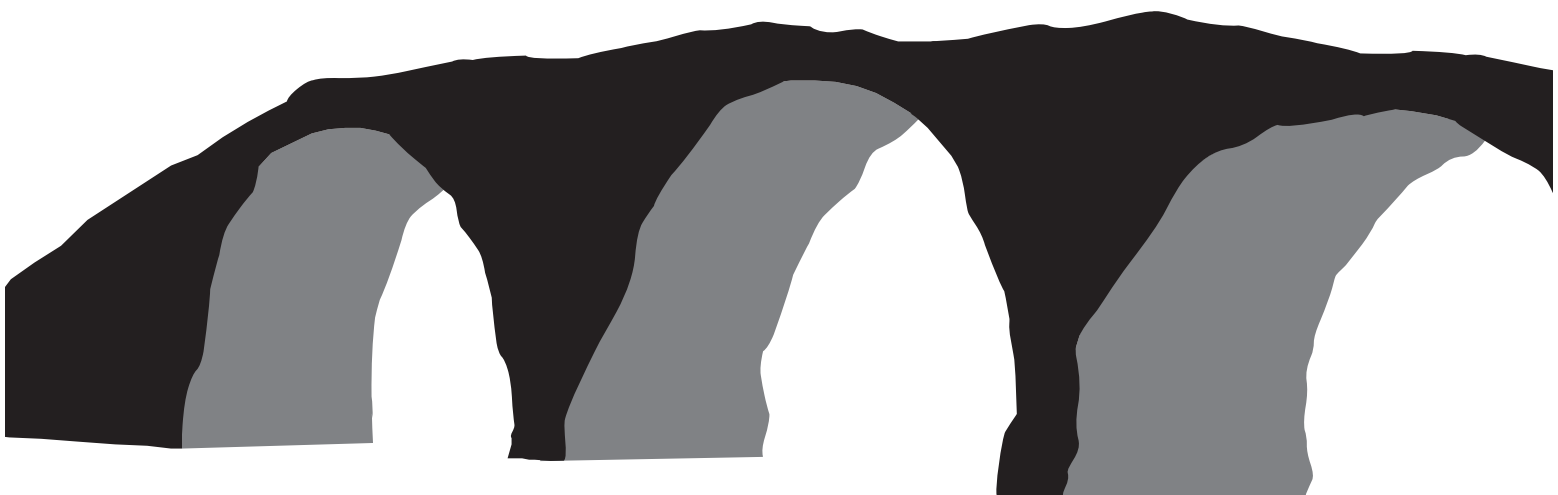
ISSN 1981-5875

ISSN (online) 2316-9699

**PAISAGEM, SENTIDOS E IDENTIDADES NO CONTEXTO ESTANCIEIRO GAÚCHO:  
UMA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA.**

**LANDSCAPE, THE SENSES AND IDENTITIES IN RURAL  
RIO GRANDE DO SUL: A PHENOMENOLOGICAL  
APPROACH.**

Clarissa Sanfelice Rahmeier



*Data de recebimento: 24/2/2014*

*Data de aceite: 6/5/2014*

# PAISAGEM, SENTIDOS E IDENTIDADES NO CONTEXTO ESTANCIEIRO GAÚCHO: UMA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA.

## LANDSCAPE, THE SENSES AND IDENTITIES IN RURAL RIO GRANDE DO SUL: A PHENOMENOLOGICAL APPROACH.

Clarissa Sanfelice Rahmeier<sup>1</sup>

---

### RESUMO

Este artigo apresenta uma proposta teórico-metodológica para o entendimento da paisagem e da sociedade através da experiência corporal. Mais especificamente, trata de uma pesquisa em arqueologia histórica baseada na paisagem doméstica das estâncias oitocentistas do noroeste do Rio Grande do Sul, composta, essencialmente, pelas casas em que viviam os proprietários de terras, os galpões em que viviam os peões e as senzalas onde viviam os escravos. O artigo argumenta que nosso corpo, quando em contato com as formas materiais do passado, nos possibilita acessar dinâmicas não mais existentes. Essencialmente focado nas sensações físicas, esse contato passa a ser mais rico se informarmos nossos sentidos sobre a dinâmica da realidade que queremos entender. Em conjunto, a materialidade das paisagens domésticas pesquisadas, a ativação dos sentidos em meio a essa materialidade e a imaginação científica atrelada à realidade do século 19 deram origem à interpretação apresentada aqui, que evidencia que os papéis sociais exercidos nas estâncias e as identidades daí decorrentes estavam estreitamente atrelados às experiências sensoriais vivenciadas em meio às suas sedes.

**Palavras-chave:** história - cultura material - fenomenologia - casas - corpo - identidade social.

### ABSTRACT

This article presents a theoretical and methodological approach to landscape and society through the senses. More specifically, it presents a historical archaeological research based on the domestic landscape of nineteenth century *estâncias* of northwest Rio Grande do Sul, comprised essentially of the houses

---

1 Escola Superior de Propaganda e Marketing - São Paulo (ESPM-SP). Rua Dr. Álvaro Alvim, 123. Vila Mariana. São Paulo - SP. 04018-010. E-mail: clarissarahmeier@gmail.com

where the landowners, the slaves and the peons used to live. The article argues that our body, when in contact with material forms from the past, allows us to access contexts that no longer exist. Essentially focused on sensorial experiences, this contact becomes richer when we inform our senses about the reality we want to understand. The very materiality of the analysed landscapes, the activation of the senses in this materiality, and the scientific imagination linked to nineteenth century reality gave rise to the interpretation presented here. Finally, the article argues that the social roles played in the *estâncias* and the identities derived from these were strongly linked to the sensorial experiences lived in the domestic area of these properties.

**Key-words:** history - material culture - phenomenology - houses - body - social identity.

#### RESUMEN

Este artículo presenta un enfoque teórico y metodológico para la comprensión del paisaje y la sociedad a través de la experiencia del cuerpo. Más concretamente, se trata de un estudio de la arqueología histórica basada en el paisaje doméstico del siglo XIX en el noroeste de Rio Grande do Sul, compuesto esencialmente por las casas en que vivían los propietarios de tierras, los galpones en que vivían los peatones y los cuartos donde esclavos vivían. El artículo sostiene que nuestro cuerpo, al entrar en contacto con las formas materiales del pasado nos permite tener acceso a las dinámicas no más existentes. Centrado principalmente en las sensaciones físicas, dicho contacto será más rico si nuestros sentidos pueden informar acerca de la dinámica de la realidad que queremos entender. En conjunto, la materialidad de los paisajes domésticos investigados, la activación de los sentidos en medio de esta materialidad y la imaginación científica ligada a la realidad del siglo 19 dio lugar a la interpretación que aquí se presenta, lo que demuestra que los roles sociales jugados en las *estâncias* e las identidades resultantes están estrechamente vinculados a las experiencias sensoriales en este paisaje.

**Palabras-clave:** historia - la cultura material - fenomenología - casas - cuerpo - identidad social.

#### INTRODUÇÃO

Desde que li *A Phenomenology of Landscape*, de Christopher Tilley (1994), não consegui mais pensar o mundo, do presente e do passado, sem que fosse pelo viés dos sentidos. Como pretensa teórica do passado e incapaz de entender algo sobre o mesmo a não ser a partir da minha própria experiência, aceitei meu corpo como o elo que me liga às pessoas que viveram antes de mim, não importando o tempo em que viveram ou o modo como viveram. Assim, desde 2004 abraço a Fenomenologia da Paisagem não como uma causa teórica desconexa de minha vida

extra-acadêmica, mas como uma lente através da qual natural e ininterruptamente percebo o todo, da minha vivência universitária à minha vida doméstica, do meu lazer ao meu trabalho e ao meu convívio com minha família, meus amigos, com pessoas e lugares, conhecidos ou desconhecidos. Não há como não ser assim.

Por sua plasticidade e amplitude, por não oferecer uma agenda restrita de pesquisa, por ser um modo de perceber o mundo e não um modelo metodológico, a Fenomenologia da Paisagem foi uma vertente teórica que naturalmente aceitei e um rótulo que pragmaticamente aplico a tudo que percebo. Afinal, sem rótulos o diálogo acadêmico e a prática científica tendem a emudecer: por mais que não queiramos engessar o conhecimento, rotulá-lo tem, inegavelmente, um aspecto didático relevante.

Quando levei essa lente fenomenológica para os contextos sociais e históricos que eu queria entender, me deparei com o que creio ser o primeiro obstáculo de quem começa a pensar a paisagem através dos sentidos: como fazer isso? Qual o método a ser empregado? Não havia - e não há - resposta a essa pergunta, uma vez que o método fenomenológico não é dado; é construído pelo pesquisador.

Por considerar nosso corpo ferramenta essencial de pesquisa, a Fenomenologia proporciona uma abordagem universal que permite ao pesquisador acessar qualquer contexto social, do passado e do presente, comparando e contrastando diferentes realidades. Entretanto, quais os limites e as possibilidades desse tipo de abordagem? Em que medida podemos comparar diferentes contextos culturais ou diferentes papéis sociais através de nossos próprios sentidos e de nosso próprio corpo, o qual é fruto de um contexto socio-histórico específico? Mais ainda, no caso do estudo das sociedades do passado, como os nossos sentidos podem ser informados pela materialidade quando entramos em contato com uma paisagem que, muitas vezes, não existe mais da mesma forma que outrora? Em que medida as fontes materiais, orais e bibliográficas de que dispomos, bem como nossa imaginação, nos ajudam a conectar nossa própria experiência da paisagem à experiência vivida pelas pessoas no passado? Essas são algumas das perguntas que se mostraram recorrentes ao longo do trabalho que desenvolvi e que procuro abordar neste artigo.

O texto que proponho aqui abarca uma pesquisa em arqueologia histórica que conduzi em meio aos remanescentes arquitetônicos de estâncias oitocentistas do noroeste do Rio Grande do Sul, em uma região que, no século 19, pertencia ao município de Cruz Alta. Apresento, dentro desse tema, uma proposta teórico-metodológica para o entendimento da paisagem e da sociedade através da experiência corporal em meio às moradias que compunham as sedes das estâncias.

Para a Fenomenologia da Paisagem o estar no lugar e sentir o lugar, em termos

físicos, é o que conecta o pesquisador ao seu objeto de estudo. Deixando de lado as sensações psicológicas geradas pelo contato humano com as formas materiais, a fenomenologia busca recuperar as experiências e os esquemas corporais gerados por esse contato. Desse modo, o mundo material remanescente do passado, seja por sua arquitetura, topografia, mobiliário, clima e vegetação, pode ativar nossos sentidos de forma semelhante à forma como ativava os sentidos de pessoas que viveram no passado. Em contato com as formas materiais, nosso corpo nos possibilita acessar dinâmicas não mais existentes. Mas esse contato, essencialmente focado nas sensações físicas, passa a ser mais rico se informarmos nossos sentidos sobre a dinâmica da realidade que queremos entender.

Entender a dinâmica de uma estância do século 19 a partir de meu próprio corpo, resultado mutante dos séculos 20 e 21, exigiu uma força-tarefa que congregou leituras vindas da Antropologia, da Arqueologia, da História, da Literatura, da Filosofia, da Sociologia e da Geografia, para ficar somente nos rótulos-mãe, porque mais abrangentes. Essas leituras, é claro, não resolveram meu problema metodológico, mas me forneceram instrumentos para que meu corpo fosse guiado pela materialidade dos lugares que visitei a partir de uma imaginação científica atrelada a uma realidade do século 19. Contos gauchescos, estudos etnográficos, inventários *post-mortem*, história oral, escavações arqueológicas, pesquisas bibliográficas, discussões teóricas e interpretações filosóficas do mundo formaram um feixe conceitual e informativo que, aliado ao “estar no lugar”, deram origem à minha interpretação sobre contexto estancieiro do século 19 e sobre as pessoas que o vivenciaram.

Dentre as paisagens que me permitiriam acessar o passado das estâncias através dos sentidos, escolhi a doméstica como objeto de estudo. Essa escolha não foi aleatória: além de terem persistido no tempo, mesmo que com mudanças, as casas em que viviam estancieiros, peões e escravos são, hoje, fontes riquíssimas de contato com essas pessoas.

A pesquisa em uma paisagem doméstica justifica-se, principalmente, pelo fato de que, dentre todos os tipos de formas construídas, a casa é a que possivelmente gera mais impacto, não só em seus moradores, como também na esfera mais geral da sociedade. As casas, em menor ou maior grau, nos lembram qual o modelo de organização social a que pertencemos. Por objetificar regras e convenções sociais, elas atuam como lembretes físicos dessa organização, estimulando nossos sentidos através de sua materialidade de um modo a reproduzir códigos e valores já assimilados pela sociedade.

Através de nossos corpos aprendemos, de várias maneiras, regras e valores sociais objetificados na materialidade das casas em que vivemos ou que frequen-

tamos (Bourdieu, 1977). Casa e corpo, dessa forma, não podem ser dissociados: ambos estão intimamente ligados, física e conceitualmente, constituindo os modelos cognitivos básicos usados para estruturar, pensar e experienciar o mundo (Carsten e Hugh-Jones, 1995a). Por isso as casas são importantes componentes no processo de criação de identidades, individuais e coletivas. Como uma pele que envolve o corpo de seus moradores, a casa acaba por tornar-se parte do ser. Interpretar as casas, portanto, é um modo de interpretar como os seres humanos *dwell* no mundo e, no processo, constroem suas identidades (ver Seamon e Mugerauer, 1985). É, também, uma forma de interpretar as sociedades, como muitos autores têm demonstrado (ex.: Beaudry, 1999; Bender et al., 2007; Buchli, 1999; Carsten e Hugh-Jones, 1995b; Chapman e Hockey, 1999; Freyre, 2006; Helliwell, 1996; Kent, 1990; Miller, 2001; Parker Pearson e Richards, 1994; Rapoport, 2002[1969]; Wason, 1994).

As casas que compunham a paisagem doméstica de uma estância codificavam a visão de mundo do estancieiro, uma vez que construídas sob sua orientação. Dessa forma, a ativação dos sentidos corporais de quem interagiu quotidianamente com essa paisagem se dava, em grande medida, também de acordo com a visão de mundo do estancieiro. A recuperação da dinâmica da paisagem de uma estância nos permite perceber que os sons, os cheiros, as vistas, as texturas e os sabores gerados nela eram experienciados de diferentes modos pelas pessoas de acordo com seus papéis sociais e suas funções naquele espaço. Em outras palavras, os papéis sociais que cada um exercia na estância conduziam as experiências sensoriais vivenciadas em meio à sua sede. A dinâmica entre corpo e paisagem era relacionada, por exemplo, aos lugares a que os indivíduos tinham acesso, à textura das paredes que os circundavam, à maciez ou rigidez do lugar em que dormiam, à intensidade do cheiro de fumaça ou de perfume que sentiam, aos diferentes sabores do alimento que consumiam, aos sons que ouviam a partir de seus dormitórios, ao que conseguiam ou não ver a partir de suas janelas.

Reconstruir as experiências sensoriais dos grupos sociais que habitavam uma estância oitocentista possibilitou o entendimento da paisagem em um nível mais profundo do que o puramente descritivo. Deixo claro que a descrição da paisagem estancieira não foi evitada - ela foi, ao contrário, a base para toda a interpretação que forneço aqui. Afinal, apreender o lugar através dos sentidos e descrever o que nos informam nossa visão, tato, olfato, paladar e audição constituem o ponto crucial de uma pesquisa fenomenológica. Nas palavras de Merleau-Ponty (1999: 1-2), fenomenologia “é a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é, sem nenhuma deferência à sua gênese psicológica e às explicações causais que o cientista, o historiador ou o sociólogo dela podem fornecer”.

A descrição que fiz enquanto estive no lugar, enquanto entrava em contato com os remanescentes arquitetônicos das casas em que peões, escravos e estancieiros viveram, me permitiu uma conexão densa com essas casas e com seus habitantes e um entendimento mais completo dos mesmos - muito mais completo do que se meu trabalho fosse restrito à minha própria escrivaninha. O contato físico com uma estância, a experiência sensorial de sua paisagem, permitiu que os seus detalhes informassem os meus sentidos em um nível tão ou mais importante que a informação que obtive através de registros notariais, bibliográficos, literários, iconográficos e orais.

Pude perceber que a experiência cotidiana da paisagem, dada de acordo com a dinâmica da estância quando esta ainda era produtiva, acabou por transmitir a cada grupo social, através de sucessivas gerações, uma estrutura sensorial particular. Internalizando o universo extra-corpóreo através do tato, do olfato, do paladar, da audição e da visão, e respondendo a essas experiências sensoriais de acordo com o que as premissas sociais lhes exigiam, peões, escravos e estancieiros acabaram por formar um *habitus* particular (cf. Bourdieu, 1977), característico da coletividade do grupo ao qual pertenciam. Dito de outra forma, o fato de compartilhar uma rotina semelhante, de pertencer a um mesmo grupo étnico, o fato de ser homem ou mulher, de possuir ou não terras, guiava a experiência corporal em meio à materialidade da estância e acabava por gerar certos tipos de comportamento particulares a cada grupo social. Certas atitudes, linguagem corporal, vocabulário e tom de voz para diferentes situações eram comuns a cada grupo, identificando seus componentes com o contexto material e social do qual faziam parte. Assim, as paisagens podem ser consideradas, como afirma Tilley (2004 e neste volume), agentes que ativamente produzem identidades sociais.

Além da formação de um *habitus* particular que permitia com que as pessoas agissem de forma “natural” em meio à paisagem estancieira (Rahmeier, 2007a e 2007b), o contato do corpo com as formas materiais também gerou diferentes noções de espaços somáticos, do que decorreu a criação de noções distintas de espaços perceptuais e existenciais<sup>2</sup>. Influenciando fortemente a criação, produção

---

2 Em *A Phenomenology of Landscape* (1994) Christopher Tilley identifica cinco formas de espaço propostas por geógrafos que trabalham com o enfoque fenomenológico, como Taun, Pickles, Relph, Buttimer, Seamon e Mugerauer: o espaço somático, o perceptual, o existencial, o arquitetural e o cognitivo. O espaço somático é o espaço da experiência sensorial e do movimento corporal. O espaço abre-se ante o corpo e é diferenciável em termos de frente/trás; esquerda/direita; vertical/horizontal; topo/base; ao alcance/fora de alcance; audível/não audível; dentro do campo de visão/além do campo de visão; aqui/lá. Dessa forma, o aparato físico do corpo impõe um esquema ao espaço através do qual este pode ser experienciado e entendido. É esse esquema que cria rotinas de movimento através do espaço arquitetônico, rotinas estas que tornam os indivíduos cientes de como prosseguir no mundo. O espaço perceptual é sempre relativo e qualitativo, uma vez que é baseado na percepção individual de cada ser humano. O espaço perceptual liga padrões de intencionalidade individual ao movimento corporal e à



e reprodução do espaço existencial e, conseqüentemente, do espaço perceptual, as diferenças entre as formas arquitetônicas de senzalas, galpões e casas-sede, originaram diferentes identidades sociais. No caso das estâncias, pode-se afirmar que sua paisagem doméstica objetificava a lógica de pensamento de um grupo social que se percebia como superior aos demais. Pelo lugar que ocupavam, por sua disposição dentro do sítio, pela qualidade e formas dos materiais construtivos que as compunham, por sua exibição ou discrição, as casas que compunham as estâncias gaúchas oitocentistas indicam a organização social e a dinâmica do período, humanizando e desmitificando um passado que diz muito sobre a sociedade gaúcha atual.

### A PAISAGEM DOMÉSTICA DAS ESTÂNCIAS DO SÉCULO 19.

A paisagem doméstica constituía o centro das estâncias, onde o galpão, a senzala e a casa do estancieiro, também referida como casa-sede, ficavam<sup>3</sup>. Através de suas formas, materiais construtivos e posicionamento, essas três construções representavam e motivavam a perpetuação da hierarquia social oitocentista. Não importava quão ricas ou humildes eram as estâncias, a sua materialidade sempre apontava para disparidades sociais. O viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, que produziu uma importante narrativa sobre a então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul nos anos 1830, testemunhou essas disparidades: mesmo

---

percepção. É um espaço que envolve sentimentos e histórias pessoais, que remete a sensações de medo ou conforto e fornece as noções de perto e longe, por exemplo. Através das ligações emocionais, esse espaço gera lugares de importância afetiva. O espaço existencial é estreitamente relacionado ao espaço perceptual. Seus significados transcendem o individual e formam a base para o espaço perceptual. É um espaço repleto de significados adquiridos ao longo da vida das pessoas em sociedade. Dá origem a sentimentos coletivos de pertença e reconhecimento grupal, os quais são constituídos a partir da existência de uma sociedade em contato com determinadas construções, objetos e características topográficas específicas. O espaço arquitetônico, também relacionado aos demais, envolve uma tentativa deliberada em criar o dentro, o fora, o entorno – canais por onde se realiza o movimento, enfim. A arquitetura é a criação deliberada de espaço feito tangível, visível e sensível. Por isso as construções têm um papel fundamental na criação e recriação, produção e reprodução do espaço existencial e contribuem efetivamente para estruturar o espaço perceptual. Por fim, o espaço cognitivo proporciona uma base para reflexão e teorização com relação ao entendimento dos outros. É o “espaço” da discussão, da análise e da interpretação.

3 Alguns estancieiros que possuíam várias propriedades visitavam suas estâncias esporadicamente, e neste caso era comum a existência de somente uma casa, onde o posteiro, peão encarregado de controlar pontos estratégicos da estância (Zarth, 2002: 180), geralmente suas áreas fronteiriças (Bell, 1998: 126), vivia com sua família. Se moradores da sede, os peões comumente habitavam os galpões, não a senzala nem a casa do estancieiro. Algumas propriedades não contavam com escravos, e portanto não apresentavam senzala. O número de escravos variava bastante, e não dependia necessariamente da quantidade de animais criados na estância. Por exemplo, uma estância de 49 léguas quadradas que possuía um rebanho de 100.000 cabeças contava com somente 15 escravos, enquanto uma estância de cerca de 3,5 léguas quadradas contava com 54 escravos (Bell, 1998: 47-48).

se referindo à casa de um estancieiro por onde passou como sendo “muito mal construída, de pau-a-pique”, o cronista registra ter visto, ao lado dessa moradia, “laranjeiras, currais, e algumas casas de negros” (Saint-Hilaire, 2002: 19-20). Da mesma forma, quando se refere à casa em que ficou como sendo uma “desprezível choupana, sem mobiliário”, registra também que esta casa estava “cercada de algumas senzalas” (Saint-Hilaire, 2002: 104).

Hortas, pomares, moinhos, galpões, poços de água, chiqueiros, cercados para o gado, dentre outras benfeitorias, rodeavam as casas (Silva, 2004; Gutierrez et al., 2009). Materiais construtivos como tijolos, telhas, pregos, barro, basalto, cal e madeira, mesmo quando aparecendo em todas as construções da estância, eram melhor empregados na casa do estancieiro, que era também maior do que a senzala e o galpão. As senzalas eram comumente feitas de telhas e tijolos quebrados, não tinham forro no teto e seu chão era feito de terra batida. Às vezes eram cobertas somente com capim. Essa construção não tinha repartições, o que fazia com que homens, mulheres e crianças compartilhassem o mesmo espaço. Segundo Silva (2004), em algumas estâncias, os escravos dormiam dentro da casa-sede, em lugares como o corredor, a cozinha, as alcovas, ou próximos ao pé da cama de seu senhorio. Os escravos homens poderiam, em algumas propriedades, dormir no galpão, onde dividiam o espaço com os peões livres.

Dormir em piso de terra, entrar em casa pela porta dos fundos, limitar o movimento ao quintal, dormir sob o mesmo teto que outras dezenas de pessoas, comer charque, farinha de mandioca e carne no osso, ver, através da janela, ângulos restritos da paisagem, ter o mato como privada e os riachos como banheira, são alguns exemplos de como os escravos interagiam com a materialidade das estâncias de forma diferente da dos indivíduos que pertenciam a outras classes sociais.

Escravos desenvolviam uma certa linguagem corporal, postura e performance que os identificava com o grupo social ao qual pertenciam. Isso não quer dizer que todo o escravo tinha o mesmo tipo de comportamento, mas que esperava-se que eles se comportassem do mesmo modo: era esperado que sua coreografia social (ver Connerton, 1998) respeitasse as convenções existentes na relação entre diferentes classes sociais.

Os estancieiros e suas famílias passavam por outras experiências enquanto viviam na estância, o que contribuía para que desenvolvessem uma identidade social diferente da dos escravos ou dos peões. Suas casas, comumente, eram construídas em topos de colinas. Ter a casa em um ponto alto garantia um melhor controle do sítio, melhor ventilação, e também funcionava como uma sinalização de poder em meio a paisagem. Piso de madeira, pé direito alto, telhado coberto e paredes grossas alisadas com argamassa (Bell, 1998: 60; Gutierrez et al., 2009)

compunham a casa do estancieiro. Além disso essa casa, diferentemente das demais, recebia reboco e era, comumente, pintada, de tinta ou cal, por dentro e por fora. Uma faixa colorida na mesma cor das janelas e portas também era uma característica comum encontrada nessas casas (Luccas, 1997).

A casa do estancieiro tinha diferentes espaços para diferentes atividades: quartos, alcovas, nichos de reza, sala de estar, de jantar, cozinha, quarto de hóspedes, hall e corredor. Seus habitantes tinham, comumente, uma cama e algum móvel onde podiam guardar suas roupas e calçados. Mulheres teriam um criado mudo ou penteadeira para suas joias, escova de cabelo e perfume. Algumas famílias tinham porcelana fina e talheres de prata, assim como um lugar para armazená-los. Cozinha e sala de jantar com mesa e cadeiras também compunham o ambiente. O estancieiro e sua família poderiam usar talheres para comer carne, preferencialmente sem osso, abóboras, feijões e arroz. Eles provavelmente usavam colheres para provar o doce de uma sobremesa. Suas casas robustas proporcionavam mais privacidade e também mais proteção das adversidades do clima. Muitas portas convidavam para a entrada em diferentes ambientes e muitas janelas abriam para diferentes mundos. De suas janelas eles poderiam ver seus campos e, muitas vezes, seu rebanho. A variedade de experiências físicas que eles tinham contribuía para criar uma identidade social particular. Como resultado, também era esperado que os estancieiros e suas famílias se comportassem de um modo particular em situações de interação social.

O galpão poderia ser usado não somente para abrigar os peões, mas também como acomodação para viajantes, às vezes para escravos homens, como armazém, depósito, galinheiro e moinho, dentre várias outras possibilidades. Dessa forma, o galpão poderia ter várias repartições internas, as quais eram comumente feitas de madeira. Os galpões eram construções simples feitas com tijolos, algumas vezes finalizadas com argamassa, mas raramente pintadas. Eram cobertos com telhas, mas não tinham forro. Assim como na senzala, o piso do galpão era feito de terra batida.

O galpão era, essencialmente, o lugar onde os peões viviam enquanto trabalhavam na estância, por meses ou anos. Era um lugar masculino, onde mulheres não eram bem vindas. Freios nas paredes, esporas nos cantos dos cômodos, chapéus pendurados em pregos, a fumaça do fogo de chão permanentemente aceso impregnando o ar, portas e janelas abrindo para o seguro ou mangueira, onde o gado era mantido e tratado: o galpão era uma extensão dos campos onde a peonada trabalhava. Essa construção também servia como ponto de convívio social, no qual os homens da estância, não importando a que classe social pertenciam, se reuniam para tomar chimarrão, contar causos e comer churrasco,

numa atmosfera pretensamente democrática.

### O UNIVERSO ESTANCIEIRO E A ESTÂNCIA VISTA ALEGRE

Nos anos 1840, no noroeste do que hoje é o estado do Rio Grande do Sul, em um intervalo das muitas batalhas da Revolução Farroupilha, foi erguida uma casa no topo de uma colina que abrigou, pelo resto de suas vidas, seu fundador, o coronel Serafim Correa de Barros, e sua esposa, Carolina. Coincidentemente, ambos eram filhos de pai paulista e mãe rio-grandense, e faziam parte de uma geração que aos poucos efetivava o domínio luso-brasileiro na região, tornada oficialmente portuguesa em 1801, com o Tratado de Badajós. À estância que ali se formou Serafim Correa de Barros deu o mesmo nome da colina na qual sua casa foi erguida: Vista Alegre.

Carolina e Serafim viveram na Vista Alegre até sua morte, e lá tiveram seus 11 filhos. Carolina faleceu em 1884, e Serafim, 2 anos depois. O inventário de Carolina Corrêa de Barros (1884) registra a propriedade de 2618 animais, incluindo porcos, ovelhas, cavalos, mulas e vacas, estas duas últimas categorias sendo as mais valorizadas. Seu inventário também registra como sua propriedade 14 escravos - 8 homens, que provavelmente trabalhavam com o gado, e 6 mulheres, provavelmente envolvidas em atividades domésticas. Esses números podem ter sido maiores quando a economia pastoril era mais forte. Dos 14 escravos citados no inventário de Carolina, 6 foram listados novamente alguns anos após, no inventário do Cel. Serafim Corrêa de Barros (1886). Diferentemente dos escravos, os peões, por não serem considerados propriedade, não estavam arrolados em inventários, o que nos impossibilita de precisar o número desses trabalhadores na estância Vista Alegre.

Soube dessa estância em 2006 através de um aluno, Fernando, cujo pai já havia pescado em suas redondezas. Vista Alegre não foi a única propriedade em que estive durante minha pesquisa: ao todo foram sete, todas fascinantes e com um certo ar de assombração, seja pelo abandono, pelas modificações que já haviam sofrido, seja pelas histórias que evocavam através de suas paredes grossas ou da voz de seus atuais moradores.

Além de terem sido construídas por volta do mesmo período, as propriedades que visitei eram sedes de antigas estâncias onde no passado criava-se gado bovino, equino e muar e cuja mão de obra assentava-se sobre o trabalho de indígenas e africanos - os primeiros, peões livres, empregados temporariamente; os segundos, escravos, pertencentes ao dono da estância. Das sete propriedades, somente Vista Alegre apresentava, ainda em pé, um exemplar de cada uma das casas em que viviam os três grupos sociais característicos de uma estância oitocentista: a casa-

-sede, que abrigava o proprietário e sua família, o galpão, onde acomodava-se a peonada, e a senzala, onde dormiam os escravos (figura 1). Foi nessa propriedade que desenvolvi a pesquisa que brevemente apresento nesse artigo. Foi na Vista Alegre, ou no que sobrou dela, que aprendi a pensar, através dos meus sentidos, em como as pessoas do passado viviam e experienciavam a materialidade que eu então experienciava. Juntos, o galpão, a senzala e a casa-sede, então já praticamente abandonados, representavam o seu passado como história e memória; como o “tendo estado lá” das pessoas de ontem (Thomas, 2007: 18). Convivendo com essas casas eu também “estava lá”, de alguma forma convivendo com o passado de Carolina, do cel. Serafim e de todos os habitantes daquela estância.

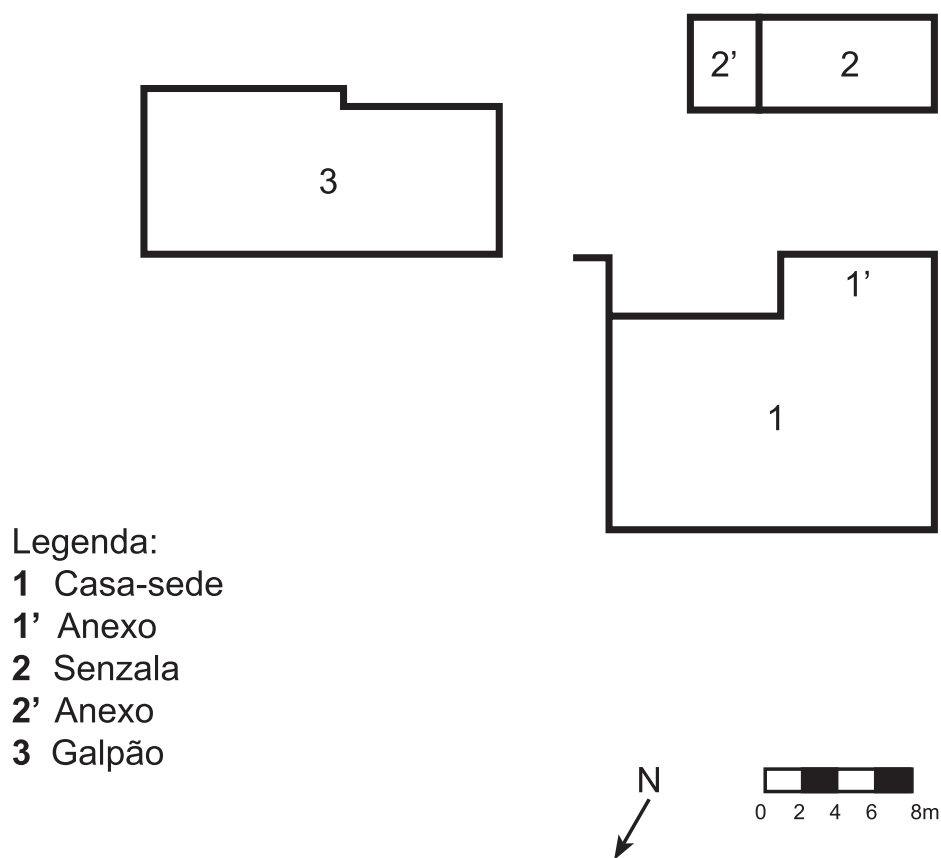


Figura 1: a sede da estância Vista Alegre.

#### UNIVERSOS SOCIAIS: ESTANCIEIROS, PEÕES E ESCRAVOS.

As estâncias do noroeste do Rio Grande do Sul eram, essencialmente, estabele-

cimentos pastoris. A criação de gado, na região, destinava-se à venda nas feiras de Sorocaba, até onde os animais eram conduzidos pelos tropeiros. Especificamente com relação a Júlio de Castilhos, localidade onde se situa a Vista Alegre, Firmino Costa (1991: 67) afirma que “não só o comércio de muares, mas também a criação de bovinos constituiu-se numa das principais fontes de renda dos primeiros moradores dos campos de Júlio de Castilhos”. A propriedade de Serafim Corrêa de Barros se enquadra nessa constatação, conforme atestam os dados arrolados em seu inventário e no de sua esposa.

A agricultura não era o carro-chefe da estância Vista Alegre. O inventário de Carolina faz referência a “uma data de matos com terras de lavoura, casa e paiol, cita no Rincão dos Mellos, avaliada por 1:500\$000”, e a existência de “pomar e horta” junto à casa de moradia, a qual, ao que tudo indica, corresponde à morada do casal. Já no inventário do Cel. Serafim os únicos bens possivelmente ligados ao cultivo de alimentos são “quatro machados em meio uso” e “duas foices em meio uso”. Em seu trabalho de Mestrado Luís Augusto Farinatti (1999) atentou para a ausência desse tipo de material nos inventários de donos de estâncias *apenas de campos* na região de Santa Maria, dentre os quais 82% não apresentam qualquer instrumento agrícola entre seus bens. O autor atribui essa ausência ao fato de que nesse tipo de estância dedicavam-se preferencialmente à pecuária, sendo a produção agrícola destinada somente ao consumo interno, o que gerava a dependência de produtos cultivados por donos de unidades produtivas mistas e, principalmente, por lavradores nacionais. Os demais proprietários de *apenas áreas de campos* que apresentavam em seus inventários instrumentos como enxadas, machados, foices e, eventualmente, arados, possivelmente praticavam agricultura de alimentos em zonas florestais internas à propriedade (Farinatti, 1999: 69). Mesmo que referentes a terras localizadas no Planalto Médio, os inventários de Carolina e Serafim Corrêa de Barros confirmam esse apontamento de Farinatti.

Analisando os dados compilados por Paulo Zarth a respeito da pecuária no Planalto rio-grandense verifica-se que o perfil do plantel de animais de Serafim Corrêa de Barros (gráfico 1) correspondia ao verificado na região no mesmo período. O gado muar, embora não representasse o maior número na estância, era o mais valorizado, seguido do gado bovino (gráficos 2, 3 e 4), que adquiriu maior importância a partir de fins do século 19.

A proximidade entre as datas dos inventários de Carolina e Serafim (1884 e 1886) não permite que se trace um panorama das modificações na atividade econômica da Vista Alegre ao longo do tempo, mas as informações obtidas a partir dos mesmos são suficientes para atender aos objetivos da presente pesquisa. A comprovação da dimensão da atividade pecuária desenvolvida na Vista Alegre

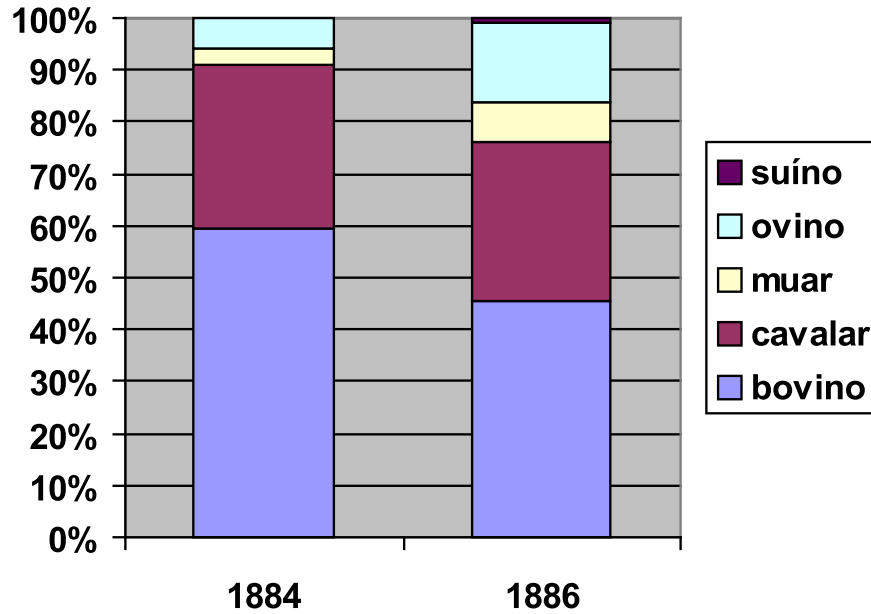


Gráfico 1 – Perfil do plantel de animais da propriedade de Serafim Corrêa de Barros (%)<sup>1</sup>

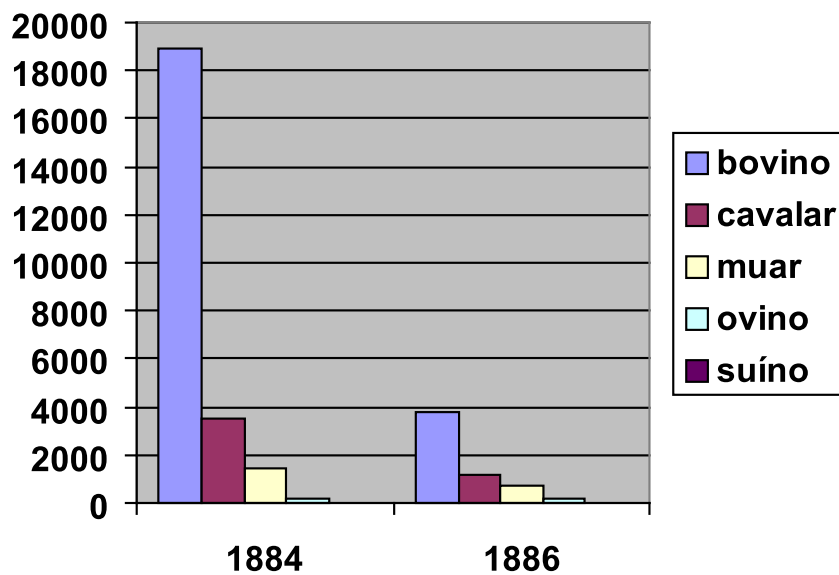


Gráfico 2 – Valor total do plantel de animais da propriedade de Serafim Corrêa de Barros (em mil réis)<sup>2</sup>

1 Fontes: Inventário de Carolina Corrêa de Barros – Cartório do Cível, município de Júlio de Castilhos – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Processo número 40. Maço 01. Estante 132. Ano: 1884; Inventário de Serafim Corrêa de Barros – Cartório Provedoria, município de Júlio de Castilhos – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Autos número 19. Maço 01. Estante 133. Ano: 1886.

2 Fontes: Inventário de Carolina Corrêa de Barros – Cartório do Cível, município de Júlio de Castilhos – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Processo número 40. Maço 01. Estante 132. Ano: 1884; Inventário de Serafim Corrêa de Barros – Cartório Provedoria, município de Júlio de Castilhos – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Autos número 19. Maço 01. Estante 133. Ano: 1886.

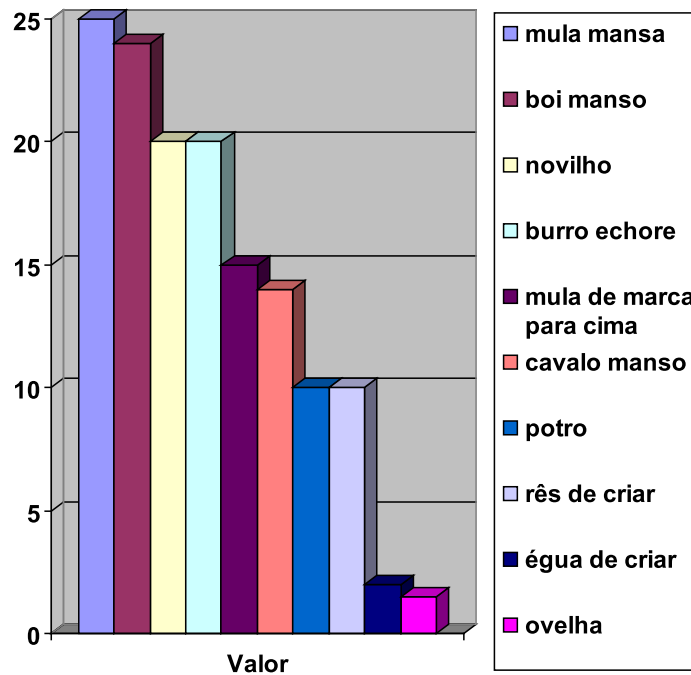


Gráfico 3 – Valor individual dos animais arrolados no inventário de Carolina Corrêa de Barros (em mil réis)<sup>3</sup>

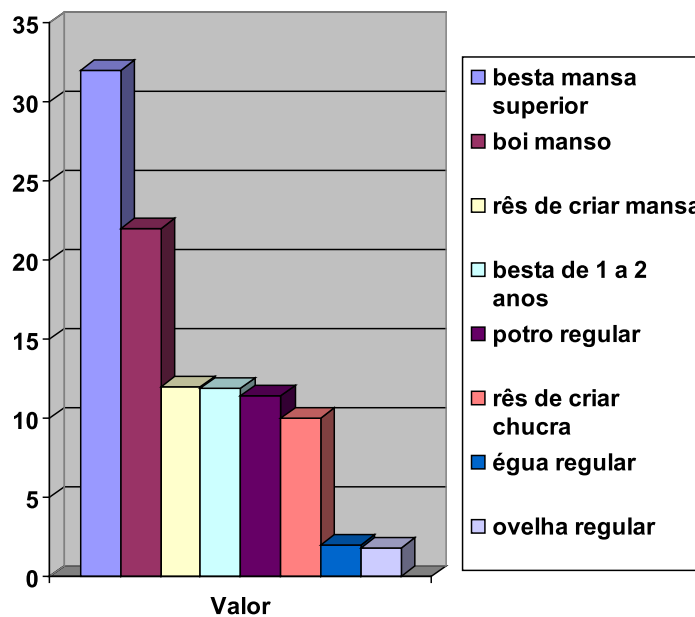


Gráfico 4 – Valor individual dos animais arrolados no inventário de Carolina Corrêa de Barros (em mil réis)<sup>4</sup>

3 Fonte: Inventário de Carolina Corrêa de Barros – Cartório do Cível, município de Júlio de Castilhos – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Processo número 40. Maço 01. Estante 132. Ano: 1884.

4 Fonte: Inventário de Serafim Corrêa de Barros – Cartório Provedoria, município de Júlio de Castilhos – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Autos número 19. Maço 01. Estante 133. Ano: 1886.



possibilita uma melhor compreensão de sua dinâmica e também da estrutura social que compunha o seu dia-a-dia.

Cabe agora traçar um panorama sobre os grupos sociais que compunham o universo estancieiro e que, por não serem proprietários de terras, tinham sua vida condicionada pela elite rural na região em análise. O entendimento do contexto histórico da formação da Vista Alegre passa, desse modo, por uma reflexão sobre a situação em que se encontravam os escravos e os peões no Noroeste do Rio Grande do Sul no século 19.

Em 1820, cerca de quinze anos antes da formação da Vista Alegre, Saint-Hilaire (2002: 51) registrava, para a Capitania de São Pedro, as seguintes informações:

Segundo dados que me foram fornecidos pelo senhor José Feliciano Fernandes Pinheiro, que é inspetor da alfândega e se ocupa atualmente com a publicação de uma **História da Capitania**, sua população se eleva a 32.000 brancos, 5.399 homens de cor livres, 20.611 homens de cor escravizados, e 8.655 índios. Nas Missões, em particular, contam-se 6.395 índios e 824 brancos. Tudo isso coincide com o que têm me informado outras pessoas.

Embora haja consenso na historiografia contemporânea de que a mão-de-obra escrava estava presente nas estâncias pecuaristas do Rio Grande do Sul, os dados existentes não fornecem muitos detalhes a esse respeito. Em 1982 Margaret Bakos (p. 17) já constatava a falta de fontes estatísticas, atribuindo essa carência, em grande medida, ao desinteresse dos órgãos governamentais oitocentistas no sentido de coletar e organizar dados, ao que se soma o cumprimento, no Rio Grande do Sul, da Portaria de 29 de junho de 1891, que determinava a queima de papéis, livros e matrículas relativos à escravidão.

Dentre os trabalhos que tratam da escravidão no Rio Grande do Sul uma atenção especial é dedicada para a região das charqueadas, onde a concentração de escravos era maior. A obra *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*, do historiador Mario Maestri, é um exemplo dessa produção. Mesmo que concernente à escravidão na zona das charqueadas, o estudo de Maestri dá informações mais amplas sobre o trabalho cativo no Rio Grande. Segundo o autor (1984: 35), quem se volta para os documentos, encontra o traço do ‘negro’ já nos primeiros anos; quem se detém nos quartéis, na atividade econômica específica, nas ‘vacarias’, encontra o homem livre, seja o lusitano, o mestiço ou o indígena aculturado.

Maestri (1984: 35) afirma que o escravo foi introduzido no Rio Grande do Sul juntamente com os primeiros lusitanos, e que, inicialmente, não se constituiu em mão-de-obra largamente utilizada, uma vez que, segundo o autor, “o comércio e o contrabando no Prata, a caça ao couro ou o comércio com os animais,

baseavam-se, fundamentalmente, no trabalho livre (secundado, em algum grau, pelo trabalho africano ou indígena)”.

De acordo com Maestri (1984: 52), o trabalho escravo nas estâncias não chegou a constituir um Modo de Produção Escravista. Nessas propriedades, os escravos foram utilizados em menor ou maior número de acordo com a época e a região. Com relação a esse aspecto, pode-se dizer que a escravidão configura-se em uma instituição jurídica que não determina, necessariamente, a existência de um Modo de Produção Escravista. Considerando-se que os modos de produção podem, na prática, não ocorrer de forma pura, como na teoria tão facilmente se delineiam, é preciso aceitar a possibilidade de coexistência de traços tanto capitalistas quanto escravistas na sociedade em questão. Também é preciso considerar que os modos de produção, se considerados como unidades de análise, não são homogêneos nas sociedades em que ocorrem, possuindo características diversas conforme a região em que se estruturam e as pessoas que os fazem desenvolver.

À época da fundação da estância Vista Alegre o Rio Grande do Sul contava com uma população de 2.944.204 brancos, 220.659 pretos, 843 amarelos e 153.376 pardos (Ramos in César, 2002: 33). Mesmo que os dados apontem para o número de pessoas que trabalhavam na condição de escravos na então Província, não se tem uma precisão quanto à função que os cativos desempenhavam, pois nem as informações estatísticas, nem os inventários *post-mortem*, importantes fontes de pesquisa da história do período, apresentam informações seguras nesse sentido (Zarth, 2002: 115).

Aristides de Moraes Gomes, ao fazer um apanhado dos afazeres dos peões nas propriedades pecuaristas serranas (Planalto Médio do Rio Grande do Sul), afirma que, “primitivamente, a maioria dos trabalhadores das estâncias eram negros cativos” (Gomes, 1966: 247). Com relação ao trabalho desenvolvido por esse grupo social, o autor diz:

Os serviços braçais, como construções de taipas de pedras, aberturas de valas, feitiço de cêrcas de madeira ou taquarussú, cortes de madeira, serviços de lavoura, de olaria, atafona e lidas caseiras, eram executados pelos cativos, guiados por um prático empreiteiro.

Nas lidas campeiras, havia índios campeiraços, mas a maioria eram negros e muitos tornaram-se extraordinários campeiros, domadores, laçadores e pealadores.

Em *História do Rio Grande do Sul*, Danilo Lazzaroto (1982: 83) também se refere à diversidade de tarefas que cabiam aos escravos, os quais estavam presentes em toda a vida na estância: “o negro se tornou artífice de quase tudo”.

Essa estreita vinculação do trabalho escravo às lidas campeiras não está pre-

sente na análise de Maestri, para quem os escravos negros seriam empregados mais nas atividades agrícolas ou domésticas do que na pecuária (Maestri, 1984: 50). Sandra Pesavento afirma que os escravos negros não constituíram a mão-de-obra fundamental das estâncias. Segundo a autora, a atividade de criação não foi capaz de propiciar uma acumulação que permitisse a introdução regular de negros nessas propriedades (Pesavento, 1990: 15).

Entretanto, em um estudo mais recente sobre a escravidão em meio às estâncias, com especial atenção ao município de Alegrete, região da Campanha, entre 1831 e 1850, Luís Augusto Farinatti aponta para uma presença significativa de escravos homens. Segundo o autor (2006: 142-43), esse dado decorre não somente do aproveitamento da mão-de-obra cativa em ofícios como carpinteiro, pedreiro e roceiro, mas, principalmente, de sua presença em atividades campeiras, como o costeio do gado. Mais uma vez, a imprecisão das fontes quanto à atividade desempenhada pelos escravos impossibilita uma afirmação categórica quanto a sua função nas estâncias. Contudo, é válida a observação de Farinatti quanto a essa ausência de designação: é possível que o mesmo escravo desempenhasse diversas funções, não tendo uma posição fixa na estância. A partir da análise de inventários *post mortem* em Alegrete, o autor demonstra que a designação da ocupação do escravo estava presente entre os estancieiros mais afortunados, diminuindo a precisão das especificações na medida em que diminuía o poder aquisitivo do inventariado.

Transferindo a atenção para a região em que a estância Vista Alegre está inserida, é possível obter informações bastante relevantes sobre a escravidão nessa área através de uma análise dos dados fornecidos pelo recenseamento geral do Brasil de 1872. Realizado quatro anos antes da emancipação de São Martinho, o recenseamento fornece um panorama de sua população, que na época constituía o Nono Distrito de Cruz Alta.

De acordo com o referido recenseamento, a *Parochia de São Martinho* contava com 6.767 habitantes em 1872. Destes, 804 eram escravos. O levantamento também classifica a população de acordo com a profissão, evidenciando que dentre as 1.540 pessoas que exerciam a profissão de lavrador, 291 eram escravas. A população de criadores correspondia a 153, dos quais somente 13 eram mulheres (casadas). Como era de se presumir, não há menção a criadores escravos.

Não há no censo referência às profissões ligadas à pecuária (peões campeiros, laçadores, domadores, pealadores, etc.), mas há um número significativo de escravos “sem profissão”: 121. Se seguirmos a lógica proposta por Farinatti, podemos inferir que os escravos talvez não possuíssem uma atividade fixa, podendo estar também sendo aproveitados na pecuária. Um dado que colabora para essa

interpretação é que, no recenseamento, dentre as profissões possíveis de serem seguidas por escravos, somente uma – a de lavrador<sup>4</sup> – é explicitamente ligada ao meio rural, denominada inclusive de “profissão agrícola”, ao lado da atividade de “criador”, da qual, como já mencionado, os escravos não participavam. Afirmar categoricamente que os escravos lavradores e os sem profissão também trabalhavam com o gado é arriscado, mas deve ser uma hipótese a considerar.

Dos 431 escravos homens, 15 eram operários em madeiras, 8 eram operários de edificações, 48 eram criados ou jornaleiros, 46 exerciam serviços domésticos, 259 eram lavradores e 55 foram listados como “sem profissão”<sup>5</sup>. Considerando que as crianças até 10 anos (incluindo essa idade) somavam 165, pode-se inferir que elas provavelmente não eram recenseadas quanto à profissão.

Com relação à Vista Alegre, o inventário de Carolina Corrêa de Barros, de 1884, registra a presença de 14 escravos, dentre os quais 6 foram listados novamente alguns anos após, no inventário de seu esposo. Somente neste último há o registro das profissões desempenhadas pelos escravos, ainda assim incompleto, uma vez que designa a atividade de três cativos, apenas: José, campeiro; Delphina, cozinheira; e Laurentina, costureira.

De acordo com o “Valor dado pela tabela”, José estava avaliado, em 1887, em 900\$000, enquanto que Delphina e Laurentina estavam avaliadas, individualmente, em 675\$000, o que demonstra a valorização da atividade ligada à pecuária<sup>6</sup>.

Mais adiante no inventário, quando são listados e avaliados todos os bens arrolados, entre móveis, semoventes e de raiz, os mesmos três cativos aparecem novamente, mas agora avaliados em 400\$000 (José) e 300\$000 (Delphina e Laurentina). Comparando esses dados com os apontados aos mesmos escravos no inventário de Carolina Corrêa de Barros, percebe-se uma queda de valores, como mostra o quadro a seguir.

---

4 De acordo com Zarth (2002, p. 172), a palavra *lavrador* “é empregada, basicamente, para designar o que a literatura especializada chama de camponês”.

5 Transferindo essa análise para a Província como um todo, dos 35.686 escravos homens recenseados em 1872, 14,35% foram listados como “sem profissão”.

6 Sobre a valorização dos escravos campeiros ver Zarth 1997: 156-60.

Inventário de Carolina (1884)				Inventário de Serafim (1886-92)	
Nome	Cor	Idade	Avaliado em	Idade	Avaliado em
José	preta	19	450\$000	22 (1887)	400\$000
Delphina	preta	26	400\$000	29 (1887)	300\$000
Laurentina	preta	20	350\$000	23 (1887)	300\$000
João (doente)	parda	17	100\$000	19 (1886)	Não consta
Maria	preta	42	200\$000	44 (1886)	Não consta
Victorino	preta	24	450\$000	26 (1886)	Não consta
Laurentino	pardo	44	200\$000		
Gaspar	preta	40	200\$000		
Marcelo	parda	28	450\$000		
Libanio	preta	22	450\$000		
Manoel	parda	15	300\$000		
Paulina	preta	17	250\$000		
Luciana	preta	31	200\$000		
Catharina	parda	15	300\$000		

A historiografia gaúcha por vezes associou o trabalho do negro escravizado nas estâncias à esfera doméstica. Entretanto, o censo de 1872 aponta que somente 46 escravos homens (dentre 431) desenvolviam esse tipo de atividade em São Martinho, contra uma população de 250 mulheres, o que demonstra que o trabalho doméstico era basicamente feminino, e que os homens cativos exerciam majoritariamente outra atividade.

No inventário do Cel. Serafim, como já demonstrado, há a referência ao trabalho de cozinheira e de costureira, ambos desempenhados por mulheres. A título de comparação cita-se a única escrava arrolada no inventário de Anna Maria de Jesus, mãe de Serafim Corrêa de Barros, datado de 1874. Trata-se de Amância, menina de 12 anos de idade, costureira, avaliada em 500\$000 réis. O valor superior de Amância pode ser devido ao ano de realização do inventário de Anna, período em que as campanhas abolicionistas estavam apenas iniciando na região de Cruz Alta.

Em São Martinho, em meio à população brasileira livre que exercia a atividade de lavrador em 1872, 911 eram homens e 312 eram mulheres. Dentre os 26 estrangeiros lavradores livres havia 20 homens e 6 mulheres. Se desconsiderar-

mos a totalidade da categoria “sem profissão”, engrossada pelo elevado número de homens solteiros e de mulheres também solteiras, bem como de escravos e escravas, a grande maioria dos homens desempenhava profissão “agrícola”. Como o homem era comumente o chefe da família, pode-se inferir que a sociedade de São Martinho era essencialmente rural, dado bastante natural para a época e a região em questão.

Voltando ao contexto regional, segundo Margaret Bakos (1982: 22-23), em 1859 Cruz Alta contava com uma população escrava de 4.019 negros, passando, em 1884, para 1.377 escravos, em 1885 para 206 e contando, em 1887, com 131 escravos. Esse decréscimo da população cativa em Cruz Alta acompanha a tendência verificada no restante do Rio Grande do Sul: a partir de 1874, quando o número absoluto de cativos chegou ao seu ápice (98.450), a percentagem de escravos sofreu um decréscimo contínuo na medida em que a população livre aumentava (Bernd e Bakos, 1998: 70). Em 1887, menos de 1% da população total da Província era composta por escravos, dado que, em 1874, correspondia a 21% (Bernd e Bakos, 1998: 70), o que colocava o Rio Grande, na época, em 3º lugar no país em número de escravos, atrás somente do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Zarth, 2002)<sup>7</sup>.

Paulo Zarth (2002) também apresenta dados bastante significativos referentes à escravidão no Rio Grande do Sul. Particularmente com relação a Cruz Alta o autor, baseado em fontes primárias, aponta o município como ocupando, em 1859, a quinta posição em número de escravos na Província, confirmando o número apresentado por Bakos para este ano, de 4019 cativos (15,17% dos habitantes).

Por ser uma região que não se ocupava do charque, esse número pode ser considerado expressivo – segundo Zarth (2002: 122), a média nacional em 1864 era de 15%. Tendo por base inventários *post-mortem*, o autor demonstra que, entre 1851 e 1881, dentre 95 inventários de proprietários rurais de Cruz Alta, 34 possuíam escravos (em um total de 168), o que equivalia a 35,7% das propriedades. Especificamente com relação ao município de São Martinho, Margareth Bakos (1982: 23) aponta que o mesmo contava, em 1884, com 741 escravos, número que se viu reduzido a 403 em 1885 e a 157 em 1887.

Margareth Bakos explica que essa redução verificada em todo o Rio Grande do Sul pode estar relacionada com o movimento libertário de 1884, uma contrapartida dos proprietários de escravos rurais perante a lei que criara, um ano antes, o imposto de 4\$000 sobre todos os escravos não sujeitos à taxa geral. Quando elevado para 12\$000, o imposto acabou fazendo com que muitos se-

---

7 ZARTH 2002, com base no *Relatório e Trabalhos Estatísticos* da Diretoria Geral de Estatística (Relatório do Ministério da Agricultura, 1883).

nhores libertassem seus escravos, os mantendo vinculados ainda por alguns anos mediante contrato de prestação de serviços (Bakos, 1982: 20-21). É interessante notar que nos inventários de Anna Maria de Jesus, Carolina e Serafim Corrêa de Barros não há menção a esse tipo de relação de trabalho.

Outro fator que corroborou para a diminuição do número de escravos na Província foi o desenvolvimento do processo de consolidação do capitalismo no campo, em meio ao qual a mão-de-obra imigrante tornava-se mais presente. Quanto a esse aspecto, Helen Ortiz (2006: 65) ressalta que a imigração colonial-camponesa européia para o Rio Grande do Sul não visava à substituição dos trabalhadores escravizados, como ocorrera no Sudeste do Brasil a partir de 1850:

O sul do Brasil conta com uma história singular a esse respeito. Em 1888, a falta de braços decorrente da abolição da escravatura foi resolvida pela contratação de trabalhadores livres e despossuídos, ex-cativos, descendentes de libertos, livres pobres e caboclos relativamente abundantes na província.

É válido ressaltar, entretanto, que a contratação de trabalhadores vinha ocorrendo desde antes da Lei Áurea, como exposto anteriormente, quando muitos donos de escravos se viram obrigados a liberar seus cativos da escravidão e atrelá-los de outra forma – através da contratação – para fugir do pagamento de impostos. Os ex-escravos continuaram a participar da economia pastoril. Entretanto, enquanto esta se modificava, a condição dos negros, agora libertos, permanecia a mesma: eles ainda eram considerados subalternos.

Paralela à escravidão estava a atividade desenvolvida pelos peões, trabalhadores que se dedicavam às lides campeiras. A ausência de sua figura no quadro das profissões levantadas no recenseamento de 1872 chama atenção. Entretanto, sabe-se que a peonada estava presente nas estâncias rio-grandenses, sendo representada por trabalhadores livres ou escravos, mas mais comumente designando os primeiros. Talvez essa categoria profissional estivesse sob o signo do lavrador, na medida em que o trabalho agropastoril era sazonal. Assim Aristides Gomes define os peões das estâncias *serranas*, na região de Cruz Alta:

Essa indiada resoluta não agüentava carona dura, nascera livre e vivia dona de sua pessoa. [...]

Essa gente, criada no rigor e no sacrifício, era dum valor inexcelável, não recebavam nada, não sentiam cansaço nem fome; não exigiam calçados ou conduções, eram os afamados “pés no chão”, com uma carabina à tira-colo e o facão na mão (Gomes, 1966: 249-50).

A condição errante e pobre da peonada é consenso na historiografia rio-grandense. Fruto de uma geração que viveu um processo de contato interétni-

co impactante, os peões faziam parte de um grupo social teoricamente livre e concretamente marginalizado.

Os trabalhadores do campo não proprietários e não escravizados estavam presentes em todo o Brasil, com pequenas diferenças de função. No Rio Grande do Sul, eles formam uma mão-de-obra mais significativa principalmente a partir da decadência das Missões, passando a constituir um grupo social que tinha em comum o passado indígena, no todo ou em parte, e a carência da posse formal da terra. Nas estâncias, os indivíduos que se dedicaram ao trabalho no campo, sob as ordens do estancieiro, receberam a denominação de *peões*, palavra associada, no Sul, ao trabalhador campeiro, ligado à pecuária.

Sandra Pesavento (1990) afirma que os peões, elementos subalternos oriundos do antigo bando armado que tropeava gado ou de grupos indígenas egressos das missões, constituíam-se em mão-de-obra fundamental nas estâncias de gado onde praticava-se a criação extensiva do rebanho.

Em *História Agrária do Planalto Gaúcho, 1850-1920*, Paulo Zarth (1997: 168) assim situa a origem dos peões do Planalto Médio rio-grandense:

os primeiros peões campeiros do planalto procediam dos campos da fronteira sudoeste do Rio Grande de onde vinham acompanhando tropas de gado rumo a São Paulo, ou fugindo por motivos particulares, ou mesmo fugindo das guerras civis e externas que atingiam com mais intensidade aquela região: a guerra do Uruguai na década de 1820; a guerra dos farrapos; a guerra contra Rosas, em 1851.

Quanto às atividades desenvolvidas pelos peões nos estabelecimentos pastoris, Zarth (2002: 179) demonstra a relação entre o tipo de trabalho e a recompensa pelo mesmo:

Os peões de estância formavam um grupo que se dividia em diversas categorias, em função do tipo de trabalho. Da sua especialidade vinha o seu lugar na escala de remuneração e prestígio. Grosso modo, eram importantes os *capatazes*, que dirigiam o estabelecimento dos proprietários ausentes, e os peões campeiros que, de um modo geral, eram solteiros e habilidosos nas atividades campeiras (laçar, domar, organizar rodeios).

Zarth (2002: 180) elenca ainda os peões *roceiros*, que trabalhavam na produção de alimentos na roça da estância, e os peões *posteiros*, funcionários encarregados de controlar pontos estratégicos (os postos) nas grandes estâncias de grande porte. Dentre os remanescentes arquitetônicos da estância Vista Alegre a construção que indica a presença dos peões é o galpão. Se moradores da sede, os peões comumente habitavam os galpões, não a senzala nem a casa do estancieiro. Como não há vestígios arquitetônicos de habitações de trabalhadores remunerados livres dentro dos campos da atual Vista Alegre, e considerando que é a partir dos



remanescentes das edificações que compunham esta propriedade que se pretende chegar à compreensão da sociedade do período, justifica-se o fato de a presente pesquisa se ater aos peões relacionados à casa-sede<sup>8</sup>.

Os peões campeiros eram geralmente solteiros, e constituíam uma mão-de-obra de bastante mobilidade, uma vez que era comum que migrassem de propriedade em propriedade, sendo contratados pelo estancieiro mediante salário fixo. Segundo Aristides de Moraes Gomes (1966: 156), em fins do século 19 o peão da estância ganhava 10\$000 por mês, enquanto que o tropeiro “nos seus cavalos” 5\$000 por dia e o domador 5\$000 por potro<sup>9</sup>.

Em seus registros, Saint-Hilaire (2002: 338) aponta o perfil errante do trabalhador campeiro em um trecho referente à região de Santa Maria:

Em quase todas as estâncias dos arredores de Santa Maria, há índios desertados das vilas. Os homens se empregam como peões, trazendo consigo toda a família. Queixam-se geralmente os patrões da inconstância e do pouco apego desses homens. Dizem, também, que, quando se lhes paga adiantadamente, vão-se embora, não aparecendo mais.

Essa passagem ilustra bem a idéia que vai aos poucos sendo construída, no Rio Grande oitocentista, do caráter errante do povo gaúcho, mais uma característica cultural que o discurso da elite rural tentou transformar a fim de propagar sua valentia e ideal de liberdade.

A construção desse discurso passa, também, pela participação dos peões nas lutas de seus patrões. Como afirma Teófilo Torronteguy (1994: 57),

os grandes proprietários passaram a ser chefes de tropas na Guarda Nacional, oficiais vitalícios; enquanto que os peões, changadores, posteiros, índios vagos e escravos, enfim, aqueles demais não-proprietários foram soldados vitalícios. Serviram ao proprietário, na guerra, como peões-soldados; na paz, como mão-de-obra nas estâncias e nas charqueadas e receberam em troca dos serviços o suficiente para a reprodução da força de trabalho. Tanto os escravos quanto os trabalhadores livres não poderiam optar por prestarem ou não aqueles serviços militares. Pode-se dizer que esses serviços foram praticamente compulsórios.

A participação dos peões nas guerras que não eram suas contribuiu para a

---

8 Desse modo, justifica-se o fato de os trabalhadores livres que exerciam atividades ou moravam em áreas mais distantes do complexo arquitetônico nuclear da estância Vista Alegre não constituírem o foco principal deste item.

9 Para fins de comparação cabe demonstrar que no mesmo período, segundo o mesmo autor, o gado estava pouco valorizado: 50\$000, no máximo, para o boi gordo, e 30\$000 o cavalo, ainda assim o dobro do preço em que os animais de Serafim Corrêa de Barros foram formalmente avaliados.

formação de um discurso que os enaltecia em palavras, mas que nada tinha a contribuir com a sua condição social. Os peões continuaram sendo subalternos e não proprietários, mesmo que “livres” e “donos de si”.

#### OS PAPÉIS SOCIAIS, AS ROTINAS CORPORAIS E O DESENVOLVIMENTO DE ESPAÇOS SOMÁTICOS NA ESTÂNCIA VISTA ALEGRE.

Há várias formas de acesso à paisagem através dos sentidos. Aqui me restrinjo a especular a respeito das rotinas corporais desempenhadas por escravos, peões e proprietários de terras em meio às moradias que compunham a sede das estâncias. Entendo que no decorrer de suas vidas, ao entrar e sair de suas casas, no fazer cotidiano de suas tarefas em meio ao espaço doméstico, os habitantes de uma estância interagiam com a materialidade desse espaço de acordo com o grupo social ao qual pertenciam, como já abordado anteriormente neste artigo. Embora dinâmicas e constantemente reelaboradas, as identidades sociais formadas a partir dessa interação estavam profundamente enraizadas nesse espaço *espacializante*, para usar um termo de Merleau-Ponty (2006).

Como parte da experiência sensorial da paisagem, por possibilitar a divisão e a conexão entre diferentes mundos sociais, as portas que compunham a senzala, a casa-sede e o galpão também tiveram um papel relevante no processo de formação identitária dos habitantes da estância Vista Alegre (para uma interessante interpretação das portas e dos mundos que as mesmas conectam, ver Lang, 1985).

A disposição das portas na casa do estancieiro, na senzala e no galpão sugere que certas direções eram tomadas pelos proprietários, pelos trabalhadores livres e pelos escravos enquanto desempenhavam suas atividades diárias na sede da estância. As várias portas da casa do estancieiro não somente conectavam interior e exterior como também davam acesso a diferentes mundos. A porta de trás ligava o senhorio à senzala: cerca de 5 passos eram suficientes para conectar esses dois mundos. A porta oeste levava ao galpão, conectando a família do estancieiro ao universo dos peões. A porta leste abria para o pomar, que fornecia sombra e também proteção dos olhos dos que cruzavam a estrada. A porta frontal, maior que todas as demais, conectava a família do estancieiro a um mundo aberto. Ela faceava a estrada principal que levava a outros universos - outras pessoas, a cidade, outras propriedades - e também dava acesso a uma vista ampla na qual o verde dos campos encontrava o azul do céu. Esta porta abria para possibilidades infinitas, se não fisicamente, pelo menos na mente das pessoas. Ela conectava a família do estancieiro à ansiedade de receber convidados para uma festa, parentes para um funeral, a visita de um médico, o padre para um batismo.

Para quem adentrava a casa-sede, as dessa casa também dava acesso a diferentes

universos - todos privativos e praticamente restritos a determinadas categorias sociais. A porta dos fundos, oposta à senzala, levava à cozinha, um espaço essencialmente feminino. Para as mulheres esse era um lugar também de trabalho. A porta oeste levava ao escritório - um lugar masculino, ligado às atividades relativas ao gado. Era um lugar para contar, listar, calcular, receber e dar remuneração e fazer negócios. Os degraus em frente a essa porta conectavam os empregados ao universo do patrão. A porta leste era provavelmente usada somente (ou principalmente) para a circulação da família do estancieiro. Ela dava acesso à proteção e privacidade dos quartos.

A porta frontal, maior que as outras portas da casa, era usada para a circulação de iguais - pessoas que eram parte do grupo social dos proprietários de terras. Ela dava acesso aos cômodos designados, por exemplo, para reuniões privadas e para receber convidados. Alguns degraus legitimavam a entrada através dessa porta e proporcionavam um certo nível de formalidade à parte frontal da casa.

Para os moradores do galpão, essa construção pode ter sido entendida como uma extensão dos campos e das atividades campeiras. Para quem vinha de fora, suas portas davam acesso ao universo masculino do gaúcho. A porta leste, próxima ao poço e oposta à senzala e às cozinhas (a cozinha da casa do estancieiro e a cozinha “suja”, um anexo à senzala), levava ao cômodo em que o charque era preparado. As portas dos fundos do galpão conectavam esta edificação ao seguro (onde o gado era mantido cercado) e a um caminho que levava aos campos abertos onde o gado pastava livre. As portas frontais do galpão faceavam o escritório do estancieiro, localizado na casa-sede, e a estrada principal. As portas do cômodo onde o fogo de chão era aceso conectavam essa parte do galpão tanto ao espaço frontal quanto aos fundos da estância.

As duas portas da senzala, oposta aos fundos da casa do estancieiro, conectavam essa construção à área onde as atividades domésticas ocorriam, como a área do poço, da cozinha da casa-sede e a área onde o charque era produzido. Sua porta traseira, se é que existia (o estado da senzala não permite a verificação), levava à horta.

Considerando as atividades básicas desempenhadas pelos trabalhadores na sede da estância Vista Alegre, percebe-se a existência de dois espaços produtivos, um relacionado às tarefas domésticas e outro ligado às atividades campeiras. A circulação de escravos entre a senzala e a casa-sede possivelmente originou um espaço somático altamente restrito se comparado ao espaço somático por onde os peões circulavam. Isso porque o ambiente onde eram desenvolvidas as tarefas domésticas por parte dos escravos estava circunscrito aos fundos da casa-sede e ao próprio entorno da senzala, área na qual estavam localizados o poço, o forno,

a cozinha e provavelmente a horta. Mesmo o trabalho doméstico realizado na casa-sede estava relacionado a uma rotina corporal restrita pela materialidade dessa construção e pelas atividades designadas pelo senhorio, como a arrumação dos cômodos, a limpeza da casa e os cuidados com o servir a mesa, para citar alguns exemplos.

Em um espaço mais amplo eram realizadas as atividades ligadas ao campo. Deixando de lado as lides com o gado e levando em conta somente as tarefas desempenhadas em meio às moradias que compunham a sede da Vista Alegre constata-se que a rotina corporal dos peões era mais flexível que a dos escravos. A existência de várias portas e janelas ligando o interior do galpão e a área externa possibilitava uma maior mobilidade corporal, como referido anteriormente. Entretanto, essa mobilidade também estava de certa forma restrita a um espaço específico dentro da sede. Isso porque o local utilizado pelo estancieiro para o pagamento dos peões e para tratar dos assuntos “burocráticos” relacionados à economia pastoril ficava na própria casa-sede, em um escritório ao qual se tinha acesso direto pela porta lateral, voltada para o galpão. Desse modo, pode-se interpretar o espaço utilizado na sede para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao gado como sendo de um nível de restrição corporal intermediário, caracterizado por dar chances mais amplas para o desenvolvimento de rotinas corporais tanto no galpão quanto entre essa construção e a casa do estancieiro.

Dentre as três moradias em questão a casa-sede demonstra possibilitar diversas rotinas corporais, em grande medida porque as fontes existentes não são precisas quanto às tarefas realizadas pelos seus habitantes, diferente do que ocorre com os trabalhadores empregados na fazenda. A bibliografia comumente apresenta a família do estancieiro como colaboradora no desempenho das atividades pastoris, o que estaria ligado à esfera masculina, ou na realização dos afazeres domésticos, relacionados ao âmbito feminino. Entretanto, não há uma precisão com relação às atividades desempenhadas pela família proprietária, tampouco uma garantia de que esse grupo social era responsável por alguma tarefa específica dentro da sede da estância. O desenvolvimento de rotinas corporais provavelmente restringia-se mais às possibilidades proporcionadas pelo patriarca do que à materialidade do lugar, propriamente dito. A essa gama de possibilidades soma-se o fato de que a frente da casa-sede era tida como um espaço destinado à elite da sociedade, onde a porta central, maior que as demais portas dessa moradia, destinava-se ao trânsito dos “iguais”, pessoas que também compunham a elite social do contexto estancieiro.

Pelo exposto, é possível interpretar a sede da estância Vista Alegre como sendo constituída por três espaços somáticos, nos quais eram desencadeadas rotinas



## CONCLUSÃO

“Estando lá”, no lugar em que as pessoas que queremos entender viveram ou viveram, conseguimos nos aproximar mais dessas pessoas. Através do nosso corpo e dos nossos sentidos podemos acessá-las de um modo mais humanizado do que se nos restringíssemos à análise de mapas, plantas arquitetônicas e documentos históricos. Dessa forma, a fenomenologia convida a uma exploração multisensorial que não descarta essas abordagens, mas propõe somar-se a elas e ir além das mesmas. Através de uma abordagem fenomenológica pode-se discutir como a presença e a ausência, a descontinuidade e a variabilidade da materialidade criam uma identidade compartilhada entre os indivíduos que pertencem à mesma categoria social.

Se “estar lá” é o centro de qualquer trabalho em arqueologia fenomenológica, uma vez requer o envolvimento dos sentidos, minhas várias visitas à Vista Alegre se justificariam. Entretanto, “estar lá” sem que meus sentidos fossem orientados pela dinâmica do período que eu analisava resultaria em brincar de cabra-cega: andar por aqui, por ali e sentir a materialidade do lugar limitando e direcionando o meu corpo. Nada muito além disso. Mergulhar na dinâmica das pessoas que viveram na Vista Alegre implicava em apreender o contexto social, econômico e cultural da sociedade estancieira do século 19. Esse contexto foi o que me possibilitou “movimentar” os corpos que vivenciaram o cotidiano das estâncias e que me permitiu fazer com que escravos, peões e estancieiros “sentissem” a paisagem doméstica da qual faziam parte. Entender a relação entre a paisagem estancieira, o corpo e os sentidos também permitiu que eu acessasse essa paisagem de um modo mais humanizado e completo.

Críticos da fenomenologia argumentam que a descrição feita pelo pesquisador quando em contato com a paisagem é limitada a sua condição física, étnica, de gênero e de classe, do que resultaria um trabalho subjetivo, pouco científico e de validade questionável. Esse argumento parece refletir mais um desconhecimento do que uma apreciação consciente sobre a fenomenologia da paisagem.

É preciso reconhecer que toda produção do conhecimento é comprometida com posicionamentos individuais, que vão desde a escolha do tema até a adoção de uma determinada forma de pensar o objeto de estudo, de acessá-lo e de escrever sobre ele. Assim, nenhuma metodologia é desvinculada de subjetividade – e a pretensa neutralidade certas correntes teóricas demonstrou isso muito bem.

Em estudos sobre a cultura material as várias posições teóricas enfatizam aspectos alternativos da materialidade e do significado das coisas para pessoas, grupos e instituições, e nenhuma delas consegue exaurir o potencial das formas materiais para o entendimento da cultura e da sociedade. As teorias e os métodos

que elas sustentam não são capazes de criar uma verdade absoluta sobre o passado, apenas possibilitam chegar a uma verdade relativa sobre o mesmo. Escolher uma teoria para engessar a sociedade é ignorar a complexidade das vivências humanas; desvincular-se de qualquer teoria é, além de uma tentativa sempre frustrada, um pensamento ingênuo perante o processo de construção do conhecimento. A opção teórica torna o pesquisador consciente do que faz e do porque faz desse jeito e não de outro.

No texto aqui apresentado a fenomenologia possibilitou uma visão de mundo que percebe a cultura material e os seres humanos como extensões uns dos outros; como complementos, e não opostos. Por reconhecer essa intrínseca relação entre coisas e pessoas propus um estudo que buscou na experiência da paisagem estancieira a compreensão da sociedade que dela fazia parte. A subjetividade dessa experiência não é negada, mas ela é restrita às sensações físicas provocadas pelo estímulo dos sentidos quando do contato com a materialidade em estudo. Dito de outra forma, o estudo em fenomenologia da paisagem desenvolvido na estância Vista Alegre foi limitado pela condição corporal de *Homo sapiens sapiens* em contato com um espaço arquitetônico específico, formado por construções que, como componentes físicos da paisagem, podem ser sentidas por qualquer outro ser humano segundo suas próprias capacidades sensoriais.

Cabe ressaltar que a experiência corporal em meio às formas materiais não é em si a finalidade do estudo aqui apresentado. Ela é, sim, um meio para se chegar ao conhecimento da sociedade passada e, a partir disso, possibilitar a elaboração de interpretações sobre a mesma. É nesse ponto que a pesquisa em fenomenologia da paisagem dá sua contribuição aos estudos sobre a cultura material, possibilitando mais uma forma de pensar as sociedades do passado, a qual vem somar-se às demais interpretações já propostas por pesquisadores de orientação teórico-metodológica diversa. Isso posto, vale lembrar que o estudo aqui apresentado caracteriza-se como mais uma contribuição à construção do conhecimento – não a única, tampouco a verdadeira, mas uma dentre tantas outras já apresentadas ou ainda por vir.

Estar dentro da paisagem estancieira é mais do que uma questão de caminhar e observar os modos como as construções se dispõem no espaço da sede. Pela exploração sensorial das moradias do passado através do corpo em uma escala humana, mais do que na escala abstrata de um mapa, de uma planta baixa ou de uma série de medidas, é possível apreciá-las e compreendê-las de um modo extremamente diferente. Sentir, experienciar através do corpo, possibilita que no mínimo alguma coisa seja compartilhada com as pessoas que viveram na estância Vista Alegre.

Foi no fazer o que a dinâmica da estância demandava que a história de seus habitantes foi construída, que as suas moradias foram erguidas, utilizadas e então abandonadas. Entender essa história possibilita entender como uma paisagem que contém uma dinâmica produtiva para uma geração deu chances ao surgimento de uma paisagem demarcada por espaços cognitivos em outra. O entendimento do contexto histórico de formação e funcionamento das estâncias do Noroeste do Rio Grande do Sul e, em particular, da própria Vista Alegre, aproxima mais o pesquisador contemporâneo da sociedade estancieira oitocentista e fornece uma base para que as interpretações advindas da experiência corporal do lugar hoje sejam elaboradas dentro de uma coerência com a história. A proposta fenomenológica, especialmente se aliada ao conhecimento histórico, demonstra, assim, ser significativamente válida: o corpo e a consciência sensória constituem-se nas ferramentas que auxiliam a interpretar as sociedades, passadas e presentes.

#### REFERÊNCIAS

- APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre). Júlio de Castilhos – 1874: Serafim Corrêa de Barros (inventariante) e Anna Maria de Jesus (inventariada). Cartório de Órfãos e Ausentes, processo número 103, maço 04, estante 116.
- APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre). Júlio de Castilhos – 1884: Serafim Corrêa de Barros (inventariante) e Carolina Corrêa de Barros (inventariada). Cartório do Cível, processo número 40, maço 01, estante 132.
- APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre). Júlio de Castilhos – 1886: Salustiano Corrêa de Barros (inventariante) e Serafim Corrêa de Barros (inventariado). Cartório Provedoria, autos número 19, maço 01, estante 133.
- BAKOS, M. M. 1982. *RS: escravidão e abolição*. Mercado Aberto, Porto Alegre.
- BEAUDRY, M. 1999. House and household: The archaeology of domestic life in early America. In Egan, G; Michael, R. L. (eds) *Old and New Worlds: Historical/ Post-Medieval Archaeology Papers From the Societies' Joint Conferences at Williamsburg and London, 1997, To Mark Thirty Years of Work and Achievement*. Oxbow, Oxford. pp. 117–126.
- BELL, Stephen 1998. *Campanha Gaúcha: A Brazilian Ranching System, 1850-1920*.



- Stanford University Press, California.
- BENDER, B. HAMILTON, S. and TILLEY, C. 2007. *StoneWorlds: Narrative and Reflexivity in Landscape Archaeology*. Left Coast Press, Walnut Creek, CA.
- BERND, Z. & BAKOS, M. 1998. *O Negro: consciência e trabalho*. Ed. Universidade/UFRGS, Porto Alegre.
- BOURDIEU, P. 1977. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge University Press, Cambridge.
- BUCHLI, V. 1999. *An Archaeology of Socialism*. Berg, Oxford.
- CARSTEN, J. & HUGH-JONES, S. 1995a. Introduction. In CARSTEN, J. HUGH-JONES, S. (eds) *About the House: Lévi-Strauss and Beyond*. Cambridge University Press, Cambridge. Pp. 1–46.
- CARSTEN, J. & HUGH-JONES, S. (eds) 1995b. *About the House: Lévi-Strauss and Beyond*. Cambridge University Press, Cambridge.
- CHAPMAN, T. & HOCKEY, J. (eds) 1999. *Ideal Homes? Social Change and Domestic Life*. Routledge, London.
- CONNERTON, P. 1989. *How Societies Remember*. Cambridge University Press, Cambridge.
- COSTA, F. 1991. *Terra de Vila Rica. Contribuição ao estudo da história do município de Júlio de Castilhos*. Publicação do Centro Cultural Francisco Salles/Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos, Júlio de Castilhos.
- FARINATTI, L. A. E. 1999. *Sobre as Cinzas da Mata Virgem – os lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845 – 1880)*. Dissertação (Mestrado). PUCRS, Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. 2006. Escravos do Pastoreio. Pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850). In *Ciência & Ambiente*, n. 33 (jul./dez.): 142-43. Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, Santa Maria.
- FREYRE, G. 2006. *Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Global, São Paulo.
- GOMES, A. M. 1966. *Fundação e Evolução das Estâncias Serranas*. Ed. Liderança, Cruz Alta.
- GUTIERREZ, E. et al. 2009. 'Estâncias Fortificadas'. In MAESTRI, Mário & BRASIL,

- Maria do Carmo. *Peões, Vaqueiros & Cativos Campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Ed. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo. Pp. 168-216.
- HELLIWELL, C. 1996. Space and sociality in a Dayak longhouse. In JACKSON, M. (ed.) *Things As They Are: New Directions in Phenomenological Anthropology*. Indiana University Press, Bloomington . Pp. 128–148.
- KENT, S. (ed.) 1990. *Domestic Architecture and the Use of Space: An Interdisciplinary Cross-Cultural Study*. Cambridge University Press, Cambridge.
- LANG, R. 1985. The dwelling door: Towards a phenomenology of transition. In SEAMON, D. & MUGERAUER, R. (eds) 1985. *Dwelling, Place & Environment: Towards a Phenomenology of Person and World*. Columbia University Press, New York . pp. 201-213.
- LAZZAROTO, D. 1982. *História do Rio Grande do Sul*. Sulina, Porto Alegre.
- LUCCAS, L. H. H. 1997. *Estâncias e fazendas: arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MAESTRI, M. 1984. *O Escravo no Rio Grande do Sul. A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. EST, Porto Alegre.
- MERLEAU-PONTY, M. 1999. *Fenomenologia da Percepção*. Martins Fontes, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. 2006. *Phenomenology of Perception*. Routledge, London.
- MILLER, D. (ed.) 2001. *Home Possessions*. Berg, Oxford.
- ORTIZ, H. S. 2006. *O Banquete dos Ausentes: A Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade, 1850-1889)*. Dissertação (Mestrado). UPF, Passo Fundo.
- PARKER PEARSON, M. & RICHARDS, C. (eds) 1994. *Architecture and Order: Approaches to Social Space*. Routledge, London.
- PESAVENTO, S. J. 1990. *História do Rio Grande do Sul*. Mercado Aberto, Porto Alegre.
- RAHMEIER, C. S. 2007a. *A experiência da paisagem estancieira: um estudo de caso em arqueologia fenomenológica. Estância Vista Alegre, Noroeste do Rio Grande do Sul, séc. XIX*. 248f. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. 2007a. *Sociedade, Corpo e Cultura: a materialidade e a formação identitária na perspectiva da arqueologia fenomenológica. Opsi - Curso de História. Dossiê Corpo e Cultura, v. 7, n.8, jan.-jun.: 33-42*. Universidade Federal de Goiás

- Campus Catalão - GO.

- 
- \_\_\_\_\_ 2012. *Materiality, social roles and the senses: domestic landscape and social identity in the estâncias of Rio Grande do Sul, Brazil*. *Journal of Material Culture*, vol. 17, n.2: 153-171.
- RAMOS, A. 1943/1947. *Introdução à Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil. In CÉSAR, G. 2002. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*, vol. I e II. Martins Livreiro, Porto Alegre.
- RAPOPORT, A. 2002[1969]. *House Form and Culture* (Foundations of Cultural Geography Series). Prentice-Hall (digital print).
- SAINT-HILAIRE, A. 2002. *Viagem ao Rio Grande do Sul*, trans. AM da Costa. Martins Livreiro, Porto Alegre.
- SEAMON, D. & MUGERAUER, R. (eds) 1985. *Dwelling, Place & Environment: Towards a Phenomenology of Person and World*. Columbia University Press, New York.
- SILVA, N. L. A. 2004. *Arquitetura Rural do Planalto Médio: Séc. XIX*. Imprensa Livre, Porto Alegre.
- THOMAS, J. 2007. The trouble with material culture. In OLIVEIRA, Jorge V. & THOMAS, J. (eds) *Overcoming the Modern Invention of Material Culture*. ADECAP, Porto. Pp. 11–23.
- TILLEY, C. 1994. *A Phenomenology of Landscape: Places, Paths and Monuments*. Berg, Oxford.
- \_\_\_\_\_ 2004. *The Materiality of Stone: Explorations in Landscape Phenomenology*. Berg, Oxford.
- TORRONTÉGUY, TOV 1994. *As Origens da Pobreza no Rio Grande do Sul*. Mercado Aberto/Instituto Estadual do Livro, Porto Alegre.
- WASON, P. K. 1994. *The Archaeology of Rank*. Cambridge University Press, Cambridge.
- ZARTH, P. A. 1997. *História Agrária do Planalto Gaúcho, 1850-1920*. Ed. Unijuí, Ijuí.
- ZARTH, P. A. 2002. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ed. Unijuí, Ijuí.